

NORMAS FACE AO GÉNERO E À DIVERSIDADE SEXUAL Mudanças inacabadas nos discursos juvenis

Dulce Morgado Neves

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

Resumo Partindo do princípio de que os jovens são portadores de normas mais tolerantes e individualistas que as das gerações anteriores, o artigo vem recuperar excertos de entrevistas biográficas aplicadas a rapazes e raparigas e questionar os limites do ideário de liberalização sexual. Para isso, a análise centra-se em duas dimensões fundamentais dos discursos sobre mudança na sexualidade: a igualdade de género e a aceitação da diversidade sexual. Sem negar a crescente flexibilização das normas e dos percursos afetivos e sexuais dos indivíduos, pretende-se mostrar como a vivência da sexualidade reflete um movimento de liberalização das condutas apenas nos limites do prescrito, estando tais condicionantes ainda muito associadas às diferenças de género e à heteronormatividade.

Palavras-chave: revolução sexual, género, orientação sexual, discursos juvenis.

Abstract Assuming that young people have more tolerant and individualistic standards than the previous generations, this paper uses excerpts from biographical interviews applied to boys and girls to question the limits of the sexual liberalization ideology. To do that, the analysis focuses on two key dimensions of the discourses on changes in sexuality: the gender equality and the acceptance of sexual diversity. Without denying the growing flexibility of affective and sexual norms and trajectories, we seek to show that the experience of sexuality reflects a movement towards the liberalization of the conducts only in the prescribed limits, being such constraints attached to the gender differences and to the heteronormativity.

Keywords: sexual revolution, gender, sexual orientation, youth speeches.

Résumé En partant du principe que les jeunes sont porteurs de normes plus tolérantes et individualistes que celles des générations précédentes, cet article reprend des extraits d'entretiens biographiques auprès de garçons et de filles et il s'interroge sur les limites des idéaux de libération sexuelle. L'analyse se centre sur deux dimensions fondamentales des discours sur les changements dans la sexualité: l'égalité de genre et l'acceptation de la diversité sexuelle. Sans pour autant nier la croissante flexibilisation des normes et des parcours affectifs et sexuels des individus, l'article s'efforce de montrer comment le vécu de la sexualité reflète un mouvement de libéralisation des conduites uniquement aux limites du prescrit, ces contraintes étant encore très associées aux différences de genre et à l'hétéronormativité.

Mots-clés: révolution sexuelle, genre, orientation sexuelle, discours des jeunes.

Resumen Partiendo del principio de que los jóvenes poseen normas más tolerantes e individualistas que las generaciones anteriores, el artículo viene recuperar extractos de entrevistas biográficas de jóvenes hombres y mujeres con el objetivo de reflexionar sobre los límites de la liberalización sexual. Para eso, el análisis se va centrar en dos dimensiones clave de los discursos sobre los cambios en la sexualidad: la igualdad de género y la aceptación de la diversidad sexual. Sin denegar la creciente flexibilidad en las normas y trayectorias afectivas y sexuales, se concluye que la experiencia de la sexualidad refleja un movimiento hacia la liberalización de las conductas en los límites establecidos, estando tales limitaciones muy vinculadas a las diferencias de género y a la heteronormatividad.

Palabras-clave: revolución sexual, género, orientación sexual, discursos juveniles.

Introdução

Pós-modernidade (e.g. Lyotard, 1989; Harvey, 1989; Baudrillard, 1991; Jameson, 1995), modernidade tardia (Giddens, 2002) e sociedade pós-paradigmática (Simon, 1996) são alguns dos termos imortalizados pelas ciências sociais para definir a nossa contemporaneidade — um tempo, segundo os autores, fortemente marcado pelo pluralismo, pelo alargamento das escolhas individuais e pela constante redefinição das noções espaciotemporais.

Para vários autores, tais mudanças têm um impacto significativo também na forma como vivemos e representamos a intimidade. No que à sexualidade e à revisão dos papéis de género diz respeito, a atual conjuntura tende, de resto, a ser entendida como resultado de uma “revolução sexual”: “a revolution that created a temporal compression such that [...] it becomes difficult to speak of many dominant sexual homogenities” (Simon, 1996: 27). Qual metáfora do discurso público (Scott, 1998), a ideia de *revolução* é promovida tanto nos *media* como no discurso científico para reforçar o impacto de mudanças operadas nas décadas de 1960 e 1970, no sentido da liberalização dos costumes e das identidades face à ordem mais institucionalista e tradicional da sociedade.

No entanto, sobre esta suposta “revolução sexual” as sociedades parecem produzir e difundir discursos contraditórios e também a literatura sociológica deixa antever a diversidade de posturas face às mudanças assinaladas e aos seus efeitos mais duradouros. Abordagens mais otimistas, como as de Weeks (1995), vêm defender a revolução sexual como uma realidade que se vai intensificando cada vez mais. Neste contexto, destacam-se as repercussões positivas do aumento de liberdade e das escolhas individuais contrapondo-as aos contextos de subordinação e intolerância do passado. Outras abordagens (e.g. Laumann *et al.*, 1994; Scott, 1998), contudo, revelam-se mais hesitantes na celebração das conquistas, considerando que as mudanças registadas nas últimas décadas nas atitudes face à sexualidade não são tão revolucionárias ou dramáticas quanto por vezes se faz supor.

Objetivos, fonte de informação empírica e dimensões de análise

Neste artigo, sem naturalmente subestimar as mudanças verificadas nas últimas décadas nas formas de viver e dar sentido à vida íntima e sexual, procuraremos mostrar que as transformações no sentido da liberalização dos valores e dos comportamentos, longe de serem lineares e definitivas, vão conhecendo impasses e oscilações ao longo do tempo. Com efeito, questionar os limites da ética sexual moderna pressupõe chamar a atenção para desigualdades e constrangimentos que, ainda que num contexto claramente mais plural e livre que os do passado, não deixam de se colocar aos indivíduos no momento de viverem e representarem a sua sexualidade atualmente. Para concretizar, neste artigo centraremos a nossa atenção em torno de duas questões que, de acordo com a literatura e com os discursos públicos sobre as mudanças ocorridas, constituem

pressupostos importantes do argumento liberalizador dos comportamentos sexuais: (1) a igualdade de género e (2) a aceitação da diversidade de orientações sexuais.

Quanto a dados empíricos, a análise mobilizará excertos de um conjunto de entrevistas biográficas semiestruturadas aplicadas a homens e mulheres no âmbito do projeto “Género e Gerações. Continuidade e Mudança nas Narrativas Familiares” (ICS-UL),¹ as quais constituíram também a fonte de informação empírica principal da tese de doutoramento intitulada *Intimidade e Vida Sexual. Mudanças e Continuidades Numa Perspectiva de Género e Geração* (Neves, 2013). Em particular, para este texto vamos mobilizar os discursos dos entrevistados mais jovens que integraram a amostra,² ou seja, rapazes e raparigas, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que, enquanto descendentes diretos da modernidade portuguesa (Aboim, Vasconcelos e Neves, 2011), são, por princípio e por comparação com as gerações precedentes, portadores de éticas sexuais e de género tendencialmente mais tolerantes e individualistas (e.g. Pais, 1998; Aboim, Vasconcelos e Neves, 2011).

Sabemos que a sociedade ocidental contemporânea faz recair sobre a intimidade e a sexualidade uma parte importante da reflexão sobre a pessoa moderna e a realização pessoal (e.g. Plummer, 1996a; Kimmel, 2004; Giddens, 2001). E sabemos também que, sendo este um campo muitas vezes entendido como “de difíceis verdades”, haverá sempre que admitir a possibilidade de existir um hiato entre as atitudes que as pessoas expressam no momento da entrevista e aquelas que são as suas práticas reais. Partimos para a análise conscientes das limitações deste exercício mas, independentemente das verdades de cada um, os discursos que se produzem sobre sexualidade, género e intimidade são importantes portadores de sentidos e é precisamente disso que aqui pretendemos dar conta. Em suma, neste artigo, para pensar as resistências que na contemporaneidade continuam a colocar-se à consagração do ideário moderno de libertação sexual, propomo-nos recorrer, com carácter ilustrativo, a opiniões, atitudes, normas e valores (em suma, aos sistemas de representações sociais) que os entrevistados jovens partilharam acerca de dois tópicos-chave dos estudos sobre vida íntima — a (des)igualdade de género e a (não) aceitação da diversidade de orientações sexuais.

1 O projeto “Género e Gerações. Continuidade e Mudança nas Narrativas Familiares” foi coordenado pela doutora Sofia Aboim (ICS-UL) e financiado pela FCT (Referência: PIHM/SOC/63508/2005). As entrevistas biográficas foram efetuadas, entre 2007 e 2008, nas regiões de Lisboa e nas chamadas Terras de Basto, nos concelhos de Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

2 Para o estudo, foram realizadas entrevistas a 22 linhagens familiares (11 masculinas e 11 femininas), perfazendo um total de 66 pessoas entrevistadas (33 homens e 33 mulheres). Começando pela geração mais nova (justamente, aquela cujos discursos são aqui mobilizados) a estratégia de constituição da amostra recaiu em entrevistar famílias cujos jovens se encontrassem em distintas situações de transição da escola para a vida profissional. Embora não houvesse o intuito de formular um estudo representativo, a distribuição da amostra procurou garantir a diversidade dos perfis sociais dos entrevistados. Assim, entre os 22 jovens entrevistados, observavam-se desde casos de abandono escolar precoce até situações de completude dos estudos superiores. Para maior aprofundamento acerca das características sociais da amostra e da sua relação com os resultados da pesquisa, ver Neves (2013).

O duplo padrão de género: continuidades que resistem à mudança

Entre as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, uma das que sem dúvida mais se destaca é a que afeta a condição da mulher na sociedade e na família. Fatores como a difusão da contraceção, o aumento do nível de instrução feminina ou a participação maciça das mulheres no mercado de trabalho propiciaram não só a transformação das relações entre géneros na família, mas uma revisão mais ampla do papel social das mulheres (e, por consequência, dos homens também).

Por seu lado, documentadas estão também as mudanças no campo da vida íntima e sexual, que traduzem a atenuação do *gap* entre atitudes e práticas femininas e masculinas (Kimmel, 2004). Os estudos geracionais em Portugal revelam que, de geração para geração, as biografias afetivas e sexuais refletem uma evolução no duplo padrão de género, sugerindo a aproximação progressiva entre as experiências de mulheres e homens. E também do ponto de vista das representações se sugere que homens e mulheres tendem, ao longo da sucessão geracional, a aderir a discursos mais igualitários, fazendo contrastar a ordem tradicional de género das gerações mais velhas com a emergência de um padrão tendencialmente menos diferenciador das normas femininas e masculinas (e.g. Pais, 1998; Aboim *et al.*, 2009; Neves, 2013).

De uma maneira geral, a máxima de que as mulheres querem amor e os homens querem sexo deixou de ser efetiva (Giddens, 2001; Allen, 2003). Atualmente, como nos diz Giddens (2001), a experiência sexual tornou-se mais acessível e a identidade sexual constitui uma parte central da narrativa do *self*. Neste contexto, não só os homens mas também as mulheres depositam na sexualidade uma parte importante da sua autonomia e realização.

Todavia, se por um lado as aproximações são evidentes, relevante é também o facto de elas não serem unânimes, transversais a todos os contextos ou definitivas, continuando a realidade a ser, consideravelmente, segregadora das prescrições e das práticas legítimas de homens e mulheres. Ou, como sugere Bourdieu (1999), o facto de a dominação masculina já não se impor, em todos os contextos, com a evidência do óbvio está longe de significar a sua erradicação, porque, efetivamente, os princípios da visão dominante — os da dominação masculina — continuam ativos, ainda que sejam incorporados “sob forma de esquemas de perceção e apreciação dificilmente acessíveis à consciência” (Bourdieu, 1999: 82). Assim, na sua relação com a sexualidade, o género continua a constituir um forte princípio de organização da realidade e a persistência do duplo padrão (isto é, de um quadro normativo que dita modelos de conduta distintos em função do género) assume-se como obstáculo ao ideal de sexualidade liberta de constrangimentos e discriminações.

Quando, nas entrevistas realizadas, questionámos os indivíduos acerca das mudanças ocorridas no campo da sexualidade, a tendência — não só no grupo aqui analisado mas transversal às diferentes gerações entrevistadas — foi o reconhecimento de que muita coisa se alterou nas últimas décadas em virtude da revisão dos papéis de género na sociedade. Com efeito, os discursos tenderam a atribuir às mulheres o epicentro das transformações, sendo os homens entendidos como “retardatários” de tais mudanças, na linha do que nos sugerem autores como Giddens

(2001). Neste sentido, as mudanças verificadas nas trajetórias das mulheres parecem, aos olhos dos entrevistados, ser mais abruptas e significativas, sendo as verificadas na vida dos homens uma consequência necessária de adaptação da masculinidade às novas regras.

Acho que a mudança do papel do homem se deve à mudança do papel da mulher. Ou seja, o homem não muda por livre vontade, porque quer ir trabalhar e porque lhe apetece cozinhar, mas acho que isso se impõe por uma maior afirmação do papel da mulher. [Inês, 24 anos, pós-graduação, psicóloga, Lisboa]

Efetivamente, nos discursos juvenis sobre mudanças nas relações de género e na sexualidade, damos-nos conta da prevalência de posturas otimistas que se consubstanciam na valorização de fenómenos tão diversos como a igualdade de género na vivência da sexualidade, a multiplicação de meios para a construção das experiências, o maior acesso a informação sobre sexualidade, a atenuação do controle (social, familiar...) exercido sobre as práticas de rapazes e raparigas, a pluralização de *scripts* da sexualidade, etc. Todavia, apesar da vastidão dos princípios de liberalização enumerados, o confronto com as práticas reais dos sujeitos ou com os seus julgamentos face às condutas concretas de outrem revela-nos que a construção de um ambiente social efetivamente livre e igualitário em termos de género parece ser mais um recurso estilístico que uma conquista real e inabalável nesta geração. Neste quadro, os discursos dos jovens entrevistados revelam-se ainda muito ambivalentes, oscilando, no que ao género diz respeito, entre a celebração da igualdade de oportunidades e a reedição (normalmente, pouco consciente) do duplo padrão de género.

Com efeito, uma das tensões normativas que adiam a superação do duplo padrão tem justamente a ver com o facto de, na sociedade ocidental contemporânea, a informação sobre sexualidade feminina e a diversificação das experiências das mulheres não aniquilarem dilemas relacionados com a respeitabilidade social e a decência moral das mulheres. Apesar dos discursos amplamente difundidos do prazer sexual feminino e da aproximação dos comportamentos das mulheres aos padrões de diversidade masculinos (mais parceiros e maior atividade sexual), para vários autores, a dupla moral que qualifica as mulheres como "sérias/respeitadas" ou "fáceis" não caiu completamente em desuso. Neste sentido, continuamos a assistir à reprodução de esquemas associados a uma heterossexualidade compulsória (Rich, 1980), isto é, de uma conceção institucionalizada da sexualidade na qual a mulher surge como dependente da orientação e da iniciativa masculinas.

Entre os discursos recolhidos verificamos que tal dicotomia é muitas vezes apontada pelos indivíduos como injusta e obsoleta, traduzindo uma desigualdade do passado. No entanto, a verdade é que continuamos a deparar-nos com um entendimento moral que associa a sexualidade feminina às noções de cautela e responsabilidade sob pena de os comportamentos poderem ser julgados provocatórios ou pouco adequados.

Elas são muito mais promíscuas [...]. São muito mais para a “frentex”. [Aos 13 anos] já têm relações sexuais e [...] eu vejo nas amigas da minha irmã, elas são muito mais esportivas. Muito mais. E eu estou sempre em cima dela, sempre a chateá-la. Tem que se estar. [Rita, 18 anos, estudante de curso técnico-profissional, Sintra]

No fundo, neste julgamento hegemónico da feminilidade, constatamos que a agência sexual feminina é frequentemente entendida como um derivado negativo das liberdades sexuais conquistadas (Fonseca e Santos, 2011), sendo a ideia de que “hoje em dia as raparigas são piores do que os rapazes” um juízo comum entre aqueles que entrevistámos na pesquisa, em especial (e paradoxalmente) entre mulheres e raparigas.³

Por outro lado, refira-se que, para além de este escrutínio operar na produção de avaliação negativa sobre as condutas de outrem (de outras raparigas), também no que toca à autoavaliação, os testemunhos das entrevistadas são pródigos em defender a sua própria conduta, reclamando para si um certificado de respeitabilidade sexual. No entanto, na maioria das vezes, esta salvaguarda assume uma forma mais implícita que explícita, integrando-se numa postura de suposta tolerância face ao outro.

Não tenho nada a ver com a vida das outras pessoas, *eu não o fazia*, mas... [Carolina, 18 anos, estudante universitária, Loures]

Cada um sabe de si, não é? *Eu não tenho feito para isso*, mas tenho amigas minhas que têm... [Susana, 29 anos, curso técnico-profissional, empregada administrativa, Lisboa]

Desta forma, damo-nos conta que, apesar de a mudança nas relações de género ser indesmentível e bastante valorizada pela generalidade dos entrevistados, a divisão binária da sociedade em homens e mulheres continua muito atual e constitui um refúgio identitário importante mesmo entre os mais jovens. Tal como Bozon (2002) refere, em matéria de sexualidade, homens e mulheres continuam a ser entendidos como seres opostos sendo, muitas vezes, esta oposição justificada em termos das diferenças de natureza psicológica de cada género. De uma maneira geral, os homens são pensados como agentes “com desejo sexual” e independentes e as mulheres são entendidas como objetos desse desejo, sendo a sua agência sexual pouco valorizada simbolicamente.

Assim, as representações de género ou os discursos sobre as diferenças produzidos no contexto das entrevistas podem ser bastante elucidativos do quão atual e operante se mantém o duplo padrão. Com efeito, verificamos que se entre os mais jovens começam a ganhar visibilidade os apelos retóricos à fluidez das identidades de género (dizia-nos uma entrevistada: “Nem todos gostamos do mesmo e nem

3 Perante isto, não podemos, contudo, deixar de colocar a hipótese de tais juízos fazerem parte de uma performance de quem procura projetar uma determinada imagem diante do/a entrevistador/a.

todos esperamos o mesmo dos outros, por isso as coisas não são assim. Não gosto nada que apregoe que homens são todos iguais ou que as mulheres são todas iguais”), por norma, a generalidade das pessoas assume as categorias de género como constitutivas da razão simbólica (Heilborn, 1992), fazendo recair sobre elas uma parte importante da sua consciência identitária e dos pressupostos das suas relações.

De facto, para Jackson e Scott (2004), uma das antinomias que melhor caracteriza a dubiedade normativa contemporânea é a que se refere às expectativas que os indivíduos depositam nas relações de género. Segundo as autoras, a relação entre homens e mulheres quer-se de igualdade e simultaneamente de diferença — um paradoxo que resulta da tensão entre os ideais igualitários e a ênfase nas diferenças “naturais” entre sexos. E, efetivamente, a análise dos discursos dos entrevistados jovens — e em especial das nossas entrevistadas — parece convalidar uma “situação de dualidade normativa entre valores e atitudes emergentes de tendência igualitária e as disposições incorporadas e materializadas em práticas quotidianas que tendem a reproduzir as distinções sociais de género” (Coelho, 2008: 28). No entanto, afirmar a coexistência entre os significados modernos e os arquétipos tradicionais de género na sociedade não significa apenas assumir que umas pessoas (gerações e grupos sociais) aderem a normas mais permissivas, enquanto outras continuam a protagonizar atitudes mais conservadoras. Trata-se antes de perceber que a pluralidade que ressalta no retrato social pode habitar cada um dos seus indivíduos, lembrando a natureza híbrida das identidades pessoais modernas num mundo repleto de múltiplos e contraditórios significados (Weeks, 1995).

É desta forma que constatamos que mesmo aqueles que mais se envolvem na denúncia das desigualdades de género e que adotam condutas mais liberais acabam, muitas vezes, por também protagonizar a acomodação a um essencialismo renovado e, conseqüentemente, ao reforço do esquema binário ordenado pela natureza. É isto que vemos acontecer, com alguma clareza, em casos como os de Raquel ou Sara, por sinal, duas jovens cujas trajetórias e reflexividade discursiva as inserem entre os perfis mais emancipatórios e experimentalistas da amostra de entrevistados, mas que, não obstante, também reproduzem afirmações como as seguintes:

As mulheres são mais sentimentalistas e dão mais importância a tudo [...] [porque] as mulheres é que geram os filhos.

Os homens têm muito mais... não é desejo que eu quero dizer, mas talvez impulso.

Os homens são muito mais carnais, têm aquelas necessidades que têm que ser mesmo satisfeitas, as mulheres não, são mais emocionais.

Elas é que têm a criança na barriga [e isso] tem tudo a ver.

Eles são [...] muito parecidos entre eles, mas isso em conversas com raparigas nota-se que os homens são todos muito parecidos e que nós também somos todas muito parecidas. [Raquel, 27 anos, ensino secundário, assistente de produção, Almada]

Acho que os homens têm muita razão quando dizem que as mulheres complicam, acho que eles têm razão. Têm muita razão. Nós somos umas chatas, somos muito chatinhas. Eles também são uns *totozinhos* às vezes. [...] É verdade que homens e mulheres pensam de forma diferente, ou pelo menos acho que os homens e as mulheres pensam as coisas de forma diferente e veem as coisas de forma diferente. [Sara, 28 anos, pós-graduação, assessora de imprensa, Lisboa]

Assim, apesar de aqueles que protagonizam a emergência da ética sexual moderna insistirem numa retórica de condenação do duplo padrão, a verdade é que muitas vezes as suas trajetórias bem como os seus discursos sobre experiências vividas derivam num reforço involuntário e até pouco consciente da lógica binária que diferencia a masculinidade da feminilidade. Concretamente, verificamos que a emancipação sexual feminina (premissa fundamental de um ideário libertário da sexualidade), sendo sobejamente aclamada pelos indivíduos e em especial pelos mais jovens, acaba por significar uma emancipação regrada dentro dos limites postulados pela reprodução das identidades de género, ou seja, pela ordem das suas desigualdades (Bloss e Frickey, 1994).

A persistência das discriminações com base na orientação sexual

As crescentes visibilidade e aceitação sociais das identidades à margem da *heteronorma* contribuem, segundo Bozon (2002), para redefinir na época contemporânea o horizonte da experiência sexual dos indivíduos, mesmo se, paradoxalmente, tal exteriorização caminha no sentido inverso do processo histórico de reserva das manifestações sexuais à esfera mais íntima e privada dos sujeitos.

Sabemos, por outro lado, que a modernidade reflete a passagem do entendimento naturalizado da sexualidade para a sua desnaturalização (Simon, 1996) e que, simultaneamente, faz emergir a conceção de uma identidade sexual fluida (Bauman, 2005), liberta da rigidez dos cânones tradicionais. Só na base deste processo é possível reconhecer a pluralidade inerente às identidades sexuais e compreender o processo de “desperiferização” das minorias sexuais (Pais, 1998).

Tal como em muitos países ocidentais da Europa e América, em Portugal as mudanças recentes no domínio das identidades sexuais trouxeram consigo algumas conquistas sociais, como são exemplo o reconhecimento político da orientação sexual como critério de defesa dos direitos humanos e o entendimento da homofobia como um problema (correlato de outros como o machismo ou a xenofobia) que merece ser combatido através de legislação (Almeida, 2004). Com efeito, a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo tem, hoje em dia, uma visibilidade social indiscutível, tendo vindo a assistir-se ao longo das últimas décadas a uma mudança profunda nos discursos sociais sobre a homossexualidade e ao aumento dos direitos reconhecidos às minorias sexuais.

No entanto, como também salienta Almeida (2004), tais mudanças não têm sido suficientes para produzir uma aceitação social efetiva da homossexualidade como variante da sexualidade humana, por forma a suplantar as dificuldades e

dilemas existenciais, biográficos e psicológicos que decorrem da vivência de uma identidade e modo de vida homossexual.

É importante ter em conta que a pesquisa que serve de base a este texto teve como referência os contextos da heterossexualidade e que pretendeu ser um subsídio ao entendimento da pluralidade de perspetivas, valores e práticas compreendidas na *heteronorma* (Neves, 2013). Neste sentido a vivência e os significados da homossexualidade ou de outras identidades sexuais minoritárias não constituíram um objeto direto deste projeto de investigação, sendo a amostra de entrevistados composta por pessoas que se definiam como heterossexuais ou predominantemente heterossexuais. Assim, neste contexto, as representações da homossexualidade (por mais proximidade que até se possa ter com o fenómeno) não podem senão constituir projeções “para o outro” ou “sobre o outro” e discursos de alteridade, certamente distantes do que seriam os testemunhos de quem experiencia na primeira pessoa uma orientação sexual à margem da norma heterossexual. Feita a salvação, considerou-se contudo que tratar o tema da diversidade sexual não era nem podia ser uma tarefa estranha ao estudo das formas de viver e dar sentido à (hetero)sexualidade: a forma como aqueles cujas referências e contextos de inserção são os da heteronormatividade se reportam às identidades sexuais, condutas e estilos de vida minoritários contribuirá, em certa medida, para aprofundar conhecimentos acerca desta “maioria sexual”, das suas orientações normativas e níveis de tolerância e permissividade. Afinal, não será estranha a ideia de que as representações da alteridade constituem uma janela de acesso ao conhecimento de identidades coletivas e pessoais (Vasconcelos, 2004).

Quando analisamos os discursos sobre a diversidade de orientações sexuais, percebemos que estes vão sofrendo mudanças consideráveis ao longo da sucessão geracional, acompanhando, de resto, a tendência verificada noutros domínios de avaliação normativa. Uma vez mais, como refere Pais (2012: 28), “poderia supor-se que os jovens vivem num mundo com pautas culturais muito diferentes das dos seus pais”, levando-nos a esperar deles normas mais libertárias face à sexualidade e, em particular, aos modelos de orientação sexual. E de facto, a comparação intergeracional dos discursos recolhidos (Aboim *et al.*, 2009; Neves, 2013) veio revelar que os jovens se declaram mais abertos e tolerantes à diversidade sexual, havendo inclusivamente quem, no quadro da sua trajetória de vida, assumia já ter mantido relações com pessoas do mesmo sexo.

[Foram duas relações episódicas] mas eu acho que desde sempre que soube que eu era bissexual e não tenho qualquer problema em assumir isso. [...] Se bem que a verdade é que se contam pelos dedos de uma mão as mulheres por quem já me senti atraída e ainda mais aquelas com quem concretizei alguma coisa. Foram duas. Uma quando eu era muito nova e outra há pouco tempo. Portanto não sei, o que eu acho é que o mundo é cheio de possibilidades. [...] Não faço qualquer tipo de julgamento. Nada, nada. Cada um é livre de sentir e viver aquilo que quer. Só espero é que também me deixem viver aquilo que eu tenho para viver e quero viver. [Sara, 28 anos, pós-graduação, assessora de imprensa, Lisboa]

Ainda assim, impõe-se perceber em que medida poderemos falar de transformações abismais face às atitudes das gerações precedentes e questionar até que ponto as posturas tendencialmente mais liberais que encontramos entre os jovens não constituirão uma retórica algo superficial. Na verdade, a análise dos discursos vem sugerir que a ambivalência continua a ser a pedra de toque nesta geração: assumindo a heteronormatividade como referência, os jovens entrevistados persistem em fazer da homossexualidade signo de uma alteridade não conforme. Mesmo entre as franjas mais tolerantes e conscientes da diversidade, há como que uma necessidade perene de distinguir o *eu* do *outro*, estabelecendo uma fronteira entre aquilo que se aceita como “legítimo para si mesmo” e “legítimo para os outros”, dado que nesta diferença, a relação homossexual constitui uma condição aceitável nos outros mas exterior a si mesmos.

Desta forma, ainda muito distantes de um ambiente verdadeiramente inclusivo e destigmatizante, as atitudes de tolerância vão-se instaurando com muita hesitação. Sobre si próprios, rapazes e raparigas dizem “aceitar”, “respeitar”, “não discriminar” e “não ter nada contra” a homossexualidade. E, fazendo a apologia do paradigma moderno de sexualidade, partilham conceções e sentidos associados à pluralidade sexual, assumindo a diversidade como norma. No entanto, como sugere Vieira (2009: 273), “essa aceitação parece ser mais do nível da razão e da vontade informada pela reflexividade do conhecimento, do que do nível das atitudes”, deixando antever a contradição entre uma autorrepresentação de aceitação e a discriminação manifesta nos discursos.

A reforçar as fronteiras simbólicas, a homossexualidade, para além de se constituir como um desvio face à norma social, continua nesta geração a ser muitas vezes entendida como *contra natura* e, neste sentido, a patologização da condição homossexual (qual resquício do entendimento clínico do início do século XX) é ainda relativamente frequente e está na base de afirmações desculpabilizadoras mas bastante discriminadoras como as seguintes:

Eles que façam o que quiserem, quantos mais melhor. Mas não vejo nenhum problema nisso. Acaba por ser um problema que *é uma alteração a nível genético e eles sentem aquilo*. Acho que é mesmo a nível genético, não por opção. [João, 23 anos, estudante universitário, Lisboa]

Acho que tem um bocado a ver com uma *disfunção cerebral e hormonal* qualquer. [...] Não acho mal nenhum, mas ao mesmo tempo acho um bocado *anti natura*, senão para que é que existiriam homens e mulheres? Não sei, ou então isto foi uma ideia que a sociedade te impôs, e eu fui criada assim, já está. [Raquel, 27 anos, ensino secundário, assistente de produção, Almada]

Não vou condenar quem o faz porque não têm culpa, coitados, nasceram assim. [...] Tenho mais é que aceitar. *É como uma pessoa que nasce com paralisia cerebral*. Que culpa é que tem disso?! [Rita, 18 anos, estudante de curso técnico-profissional, Sintra]

Por outro lado, ainda que se aceite sem resistência a homossexualidade como identidade coletiva e se valorizem as mudanças conquistadas no domínio dos direitos das minorias sexuais, não raras vezes não se é capaz de tolerar a visibilidade das práticas homossexuais. Facilmente, sobre o indivíduo homossexual recai a acusação de provocação, como se para a aceitação social da sua homossexualidade se recomendasse manter a discrição ou dissimular essa condição. Em suma, “o homossexual pode sê-lo desde que não se exhiba em público” (Vieira, 2009: 274).

Não julgo as pessoas por o serem. Quer dizer, se tivesse um amigo ou amiga que fossem homossexuais — desde que não fossem as chamadas bichonas que acho horrível — nada contra. Se bem que não acho bem. É aquela coisa, a mulher foi criada para amar o homem e faz-me confusão duas mulheres ou dois homens aos beijos. Faz-me confusão. Eu não me importo desde que as pessoas vivam a sua intimidade na intimidade. Fazia-me impressão se tivesse uma amiga minha que fosse homossexual e vê-la a beijar a namorada. Eu sou aberta, sou jovem, compreendo as coisas mas faz-me confusão ver. Mas as pessoas podem dizer: “Tu tens namorado e também o beijas”, mas isso é o normal. [Carolina, 18 anos, estudante universitária, Loures]

Outro aspeto importante associado à persistência das discriminações com base na orientação sexual é — como não podia deixar de ser — a sua relação com as categorias de género. A literatura sugere que, comparativamente aos homens, as mulheres tendem a adotar posições de maior aceitação da homossexualidade, aderindo mais facilmente a discursos tolerantes e de valorização de mudanças sociais como o reconhecimento público dos direitos das minorias sexuais (*e.g.* Scott, 1998; Pais, 1998). Na pesquisa que levámos a cabo, esta maior tolerância feminina nem sempre se revelou muito evidente, mas o que é facto é que, por comparação com os discursos masculinos, no grupo das mulheres existe uma maior diversidade de posturas, sendo, por conseguinte, no lado feminino que se encontram as posturas mais liberais face orientações sexuais não heteronormativas.

Outra questão interessante prende-se com a diferenciação entre “relações entre dois homens” e “relações entre duas mulheres” nos discursos dos nossos entrevistados, onde, de uma maneira geral, as últimas tendem a ser mais bem aceites que as primeiras. Sobretudo nos discursos masculinos, os homens que mantêm relações com outros homens estão sujeitos a um maior estigma social, sendo a sua conduta mais frequentemente catalogada de promíscua e exibicionista. Pelo contrário, as relações entre mulheres podem ser representadas de forma menos depreciativa, valorizando-se os aspetos mais sensuais da interação sexual no feminino. E, embora esta tendência seja particularmente notada entre os entrevistados mais velhos, ela não deixa de estar presente também nas declarações dos mais jovens que aqui pretendemos destacar:

O que vemos na televisão e internet... se calhar é-nos vendido de uma maneira diferente. Se calhar quando são dois homens, as pessoas já olham e sentem que é um bocado esquisito! Se forem duas mulheres já é diferente. Se calhar, por o corpo da mulher ser mais bonito, duas mulheres juntas, se calhar, uma pessoa olha e já acha

engraçado... Se forem dois homens já não se acha tanta piada. [Hugo, 24 anos, licenciatura, professor, Mondim de Basto]

Inevitavelmente, esta questão vem sugerir que esta suposta aceitação masculina da homossexualidade feminina possa, em muitos casos, ser mais aparente que real, na medida em que o que parece estar em causa não é a aprovação de um fenómeno identitário em toda a sua complexidade, mas uma representação positiva de “práticas sexuais entre mulheres, retratadas na ideia de jogo erótico ‘voyeurista’ masculino” (Vieira, 2009: 256).

No fundo (e sem que para isso seja necessário insistir demasiado na *destruição* dos discursos), a análise parece desvelar bastantes indícios de uma discriminação persistente com base na orientação sexual. Como vimos, o preconceito aflora dos discursos (mesmo dos juvenis) com evidência suficiente para sustentar a ideia de uma “heterossexualidade como regra”, apesar de tais continuidades surgirem matizadas por elogios a uma ética mais igualitária e inclusiva da diversidade.

Notas finais

Neste artigo quisemos salientar alguns limites que se colocam ao ideário da liberdade e igualdade sexuais. Para o efeito, fizemos incidir a nossa análise sobre dois domínios temáticos específicos, chamando a atenção para a persistência de desigualdades e tensões que, mesmo no contexto atual de pluralização de escolhas legítimas, continuam a condicionar as condutas individuais, obstando à plena consagração das liberdades sexuais.

Combinando a revisão de literatura com ilustrações discursivas recuperadas de entrevistas biográficas realizadas a rapazes e raparigas, julgamos ter saído reforçada a ideia de que, não obstante os discursos apontarem para uma individualização dos valores e dos comportamentos nos jovens, as mudanças neste sentido não são unívocas nem transversais a todos os temas e contextos, continuando o usufruto das novas liberdades a estar sujeito a uma regulação ativa e fortemente associada à ordem de género e à heteronormatividade.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia, et al. (2009), *Relatório Final do Projecto Género e Gerações. Continuidade e Mudança nas Narrativas Familiares* (Projeto FCT com a referência n.º PIHM/SOC/63508/2005), Lisboa, ICS-UL.
- Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos, e Dulce Morgado Neves (2011), “Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações”, em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 59-78.
- Allen, Louisa (2003), “Girls want sex, boys want love: resisting dominant discourses of (hetero)sexuality”, *Sexualities*, 6 (2), pp. 215-236.

- Almeida, Miguel Vale de (2004), "Cidadania sexual: direitos humanos, homofobia e orientação sexual", *A Comuna*, 5, pp. 50-55.
- Baudrillard, Jean (1991), *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Bauman, Zigmunt (2005), *Amor Líquido. Acerca de la Fragilidad de los Vínculos Humanos*, El Salvador, Fondo de Cultura Económica.
- Bloss, Thierry, e Alain Frickey (1994), *La Femme dans la Société Française*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Bozon, Michel (2002), *Sociologie de la Sexualité*, Paris, Nathan Université.
- Coelho, Bernardo (2008), "De Johnny Guitar à incerteza implícita no novo: a vida de todos os dias como compasso da mudança das relações de género na família", *CIES e-Working Paper*, 44, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Fonseca, Laura, e Sofia Santos (2011), *Relatório Final do Projecto Sexualidades, Juventudes, Gravidez Adolescente a Noroeste de Portugal* (Projeto FCT com referência n.º PTDC.SDE.67931.2006), Porto, CIIE- FPCE/UP.
- Giddens, Anthony (2001), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Harvey, David (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Cambridge, Blackwell.
- Heilborn, Maria Luiza (1992), "Usos e abusos da categoria de género", em H. Buarque de Holanda (org.), *Y Nosotras Latinoamericanas? Estudos sobre Género e Raça*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, pp. 39-44.
- Jackson, Stevi, e Susan Scott (2004), "Sexual antinomies in late modernity", *Sexualities*, 7 (2), pp. 233-248.
- Jameson, Fredric (1995), *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham, UK, Duke University Press.
- Kimmel, Michael (2004), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Laumann, Edward, et al. (1994), *The Social Organization of Sexuality*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Liotard, Jean-François (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.
- Neves, Dulce (2013), *Intimidade e Vida Sexual. Mudanças e Continuidades Numa Perspectiva de Género e Geração*, Lisboa, ISCTE-IUL, dissertação de doutoramento em Sociologia, disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7408> (última consulta em junho de 2016).
- Pais, José Machado (1998), "Vida amorosa e sexual", em José Machado Pais, *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS-SEJ, pp. 407-465.
- Pais, José Machado (2012), *Sexualidades e Afetos Juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Plummer, Ken (1996a), "Intimate citizenship and the culture of sexual story telling", em Jeffrey Weeks e Janet Holland (orgs.), *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, Durham, UK, British Sociological Association, pp. 34-52.
- Rich, Adrienne (1980), "Compulsory heterosexuality and lesbian existence", *Journal of Women in Culture and Society*, 5 (4), pp. 631-660.
- Scott, Jacqueline (1998), "Changing attitudes to sexual morality: a cross-national comparison", *Sociology*, 32 (4), pp. 815-845.

- Simon, William (1996), *Postmodern Sexualities*, Londres, Routledge.
- Vasconcelos, Pedro (2004), "Categorização, identidade e sexualidade: notas sobre a dominação", em Ana Maria Brandão *et al.* (orgs.), *Formas Identitárias e Modernidade Tardia. Actas de Encontros em Sociologia*, Braga, Universidade do Minho, pp. 51-70.
- Vieira, Cristina (2009), *Sexualidades Juvenis. Continuidades e Mudanças — Um Estudo Qualitativo no Distrito do Porto*, Lisboa, Universidade Aberta, dissertação de doutoramento em Sociologia da Saúde.
- Weeks, Jeffrey (1995), *Invented Moralities. Sexual Values in an Age of Uncertainty*, Cambridge, Polity Press.

Dulce Morgado Neves. Investigadora no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail*: dumorgado@gmail.com

Receção: 18-08-2014 Aprovação: 27-11-2015